

Resumo Histórico

Quando a 11 de Abril de 1978, um grupo de jornalistas moçambicanos criou a Organização Nacional de Jornalistas (ONJ), possivelmente não imaginava que estava a lançar a primeira pedra daquele que é considerado um dos mais activos sindicatos de Moçambique.

Nesse período, Moçambique vivia um momento histórico particular. Estava ainda empolgado na tentativa de implantação da revolução socialista e a classe jornalística não podia estar alheia a essa euforia.

A ONJ era então uma organização que se propunha congregar os jornalistas, dar-lhes espaço para que pudessem discutir os problemas da profissão e dos profissionais e, simultaneamente, mobilizar os seus membros a fazerem informação face à realidade desse tempo.

Gradual, mas com segurança, a ONJ foi-se implantando nos vários órgãos de informação e descobrindo a necessidade de se ir adaptando às mudanças que se operaram no país. Mil novecentos e oitenta e nove ficaria na história da ONJ: num acto de coragem os jornalistas e o sindicato pressionaram o poder, ainda monopartidário, para que consagrasse a necessidade constitucional de haver em Moçambique a liberdade de expressão e de imprensa. Esse processo culminou com a elaboração da Lei 18/91, de 10 de Agosto de 1991, a qual regula e estabelece os direitos e deveres dos profissionais da comunicação social, a chamada Lei de Imprensa.

Durante a III Conferência Nacional da ONJ, o anteprojecto da lei de Imprensa mereceria debates acalorados e isso permitiu que houvesse várias contribuições que enriqueceram a lei em todos os seus capítulos, desde o preâmbulo, objectivos dos órgãos de informação, direitos e deveres sobre a propriedade, sector público, direito de antena, até o direito de resposta.

A Constituição de 1990, que foi antecedida por um amplo debate nacional, consagraria esse direito dos profissionais da comunicação social e abriria espaço ao multipartidarismo, que mudaria por completo a vida política nacional.

Com a consagração da liberdade de expressão e de imprensa deu-se o primeiro passo para a reconciliação entre o cidadão e o jornalista, este encarado anteriormente como instrumento para veicular a política do poder monolítico em que não se podia contestar praticamente nada. Relevante a partir da adopção de uma lei específica sobre a imprensa, em Agosto de 1991, é a gradual abertura dos órgãos de informação e dos jornalistas a um jornalismo mais crítico e também pluralista.

Para um país que antes de 1975 e durante os primeiros 15 anos do pós-independência tinha órgãos de informação rigorosamente controlados e em muitos casos com instituição de censura

oficial, esta consagração em lei específica da liberdade de expressão e imprensa não deixa margem a quaisquer dúvidas: foi um passo importante.

Eleições na ONJ: Voto Livre e Secreto

Estes acontecimentos de relevo na história do sindicato não se ficariam por aí. Em Abril de 1991, a ONJ democratizar-se-ia ainda mais, com a eleição, pela primeira vez desde a sua criação, de uma nova direcção por voto livre e secreto e com a alteração dos seus estatutos.

Face a estas transformações, a ONJ passava a assumir-se como um verdadeiro defensor dos interesses dos jornalistas e a prova disso é a greve dos profissionais dos órgãos do sector público (Rádio Moçambique, Televisão de Moçambique, Agência de Informação de Moçambique e Instituto de Comunicação Social) em Outubro de 1991, sob a direcção do sindicato, algo impensável nos anos anteriores. Esta greve, que teve a adesão de 80% dos profissionais destes órgãos teve o condão de promover a consciência profissional e de sensibilizar a sociedade civil e o Estado sobre a necessidade de valorizar e apoiar os profissionais da comunicação social.

Estes desenvolvimentos e as várias mudanças que se foram operando na vida política nacional, particularmente depois das primeiras eleições gerais e multipartitárias determinariam um novo repensar do papel do sindicato.

Assim, a ONJ passou a dar maior atenção aos problemas laborais dos profissionais, que se podem resumir em baixos salários, más condições de trabalho, vínculos contratuais precários e nalguns casos ausência de qualquer vínculo contratual, problemas deontológicos e éticos.

O Surgimento do Sindicato Nacional de Jornalistas – SNJ

A IV Conferência Nacional da ONJ, realizada de 20 a 23 de Novembro de 1996, na Cidade de Chimoio, Província de Manica, marcaria uma nova fase da vida da organização, pois, foi ela que determinou a transformação da ONJ em Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ).

Esta transformação não é só na designação, mas na essência da organização que pelo seu estatuto passa a ser uma organização independente que, numa base voluntária e segundo princípios democráticos, reúne jornalistas moçambicanos para a defesa dos seus direitos sócio-profissionais e sindicais e reúne igualmente quadros de produção, entendidos como realizadores, produtores, apresentadores, operadores de câmara, cenógrafos, editores de

imagens, editores de som, operadores de caracteres, locutores, revisores e arquivistas residentes no território nacional.

Ainda dos seus objectivos destacam-se a defesa do direito dos cidadãos a uma informação verídica e global, a liberdade de expressão e de imprensa e o exercício da profissão de jornalista de acordo com os princípios da democracia, liberdade individual, independência, responsabilidade social e deontologia profissional.

Outros objectivos relevantes do SNJ relacionam-se com a necessidade de assegurar a assistência jurídica, promover a formação e qualificação profissionais.

Casos que Violam os Princípios da Democracia.

Embora tenha havido progressos substanciais, quer na legislação sobre a comunicação social, quer no próprio exercício pelos profissionais da liberdade de expressão e imprensa, ainda se registam casos atentórios a essa liberdade.

Casos de intimidação dos jornalistas não são raros.

Esperava-se que após a consagração da liberdade de expressão e imprensa casos de intimidação não mais ocorressem, mas a realidade mostra que ainda há uma longa batalha a ser travada pelos profissionais da comunicação social para que estes direitos sejam respeitados. E isto é particularmente verdade fora das grandes cidades, onde a cultura de liberdade e pluralismo está menos desenvolvida e as tendências para o abuso do poder estão mais implantadas.

Outro problema, particularmente grave, está relacionado com os novos meios de comunicação social que não têm permitido que os seus trabalhadores se sindicalizem e criem os comités sindicais, o que implica que a democracia nesses órgãos não concorre para um bom exercício profissional e impede a resolução correcta das reivindicações desses órgãos de informação para além de violarem a Lei do Trabalho.

Esta posição é contrária ao regimento dos comités locais do SNJ, que reza que estes são seus órgãos de base e que são constituídos por jornalistas e quadros de produção dos media e que podem ser compostos num órgão de informação que tenha no mínimo cinco membros.

Apoio à Mulher Jornalista e ao Jornalismo Especializado

O SNJ também tem estado gradualmente a resolver os problemas específicos de cada grupo profissional. Por isso mesmo e tendo em conta a especificidade dos problemas que a mulher-jornalista enfrenta, o SNJ dinamizou, desde 1993, a ideia de criação de um núcleo da então ONJ para a mulher-jornalista., para tratar de questões da mulher e lutar pela igualdade de direitos entre os profissionais masculinos e femininos da mesma profissão. Desde a sua criação, a 13 de Agosto de 1994, o núcleo, dirigido por seis mulheres, teve as suas atenções concentradas na área de formação.

Com a transformação da ONJ em SNJ e integração deste no movimento sindical do país, houve a necessidade de transformar este núcleo numa comutra. Assim, em Julho de 1998, o núcleo transformou-se na Associação das Jornalistas e Quadros de Produção, mais tarde Associação da Mulher na Comunicação Social.

Na mesma perspectiva e porque o SNJ já concluiu que há jornalismo especializado, com problemas específicos, incentiva a criação de associações de jornalistas especializados como são os casos de Associação de Jornalistas Económicos de Moçambique e Associação de Jornalistas Desportivos de Moçambique. A primeira já foi criada, oficializada e está em funções.

Estas iniciativas visam, em primeiro lugar, dotar o SNJ de núcleos especializados em áreas especializadas de jornalismo.